

Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 e 2001

Angela Kageyama¹

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar a composição dos rendimentos nos domicílios agrícolas e suas possíveis alterações entre 1992 e 2001, com ênfase nas fontes de rendimentos não-agrícolas e na heterogeneidade regional no Brasil. Mostra-se que houve no Brasil um movimento no sentido de diversificação da origem das rendas nos domicílios agrícolas, devido basicamente ao aumento da participação das rendas previdenciárias e de rendimentos de outras fontes, que não do trabalho, na renda domiciliar.

Palavras-chave: Economia regional; Economia rural – Brasil; Renda – Distribuição; Pluriatividade.

Abstract

This paper aims to analyze the income composition in rural households in Brazil between 1992 and 2001. Non-farm income and regional disparities are emphasized. The main result indicates a tendency towards income diversification, mostly due to the increase of income provided by the system of social security, as retirement pensions, widely extended to agricultural workers after 1992.

Key words: Economic development; Regional and rural economics; Income distribution.

JEL Q12, R0, R2.

Introdução

O título deste artigo refere-se, propositadamente, aos domicílios *agrícolas*, e não aos domicílios *rurais*, no Brasil. As diferenças conceituais e metodológicas sobre o uso dos termos *agrícola* e *rural* já estão bem estabelecidas na literatura: o primeiro refere-se a um setor de atividade da economia, relativo portanto à aplicação de ativos, o trabalho incluído, e a transações mercantis específicas; a noção de rural, por sua vez, é estritamente territorial ou espacial, não podendo ser identificada com setor de atividade nem com mercado enquanto *locus* de transações econômicas. Sua importância, mesmo enquanto critério de classificação puramente espacial, tem sido reduzida (e questionada) à medida que se mesclam em seu interior atividades econômicas, consumos, hábitos e culturas que antes eram típicos das áreas urbanas. Como argumenta Juarez Brandão Lopes no prefácio do livro *Cidades Imaginárias* (Veiga, 2002),

(1) Professora do Instituto de Economia da Unicamp. Agradecimentos ao professor Rodolfo Hoffmann pelos comentários a uma versão preliminar do trabalho, e a um parecerista da revista, pelas sugestões de revisão do texto.

Entre as causas das falsas e inadequadas interpretações da realidade rural brasileira, a mais flagrante, quase universal, é a confusão entre o rural (noção espacial) e a atividade agropecuária [...] Dela decorre nossa política pública dirigida à população rural, pensada sempre a partir da realidade urbana e “extrapolada” de forma simplista para a população rural, vista como aquela população dedicada às atividades primárias.

Em quase todo o mundo as estatísticas nacionais e os trabalhos analíticos tendem a definir o rural em termos relativos no espaço, como oposição, complemento ou resíduo do urbano, e no tempo, porque os elementos que definem o rural são indicadores de desenvolvimento (especificamente, de “menor” desenvolvimento) que estão em permanente processo de mudança.² No caso do Brasil, o problema de classificação do que é rural é mais grave ainda, dado que se baseia numa definição de “cidade” — sede de município — de 1938, que vem sendo carregada ao longo do tempo, apesar das adaptações feitas pelo IBGE por ocasião dos Censos Demográficos. (ver Veiga, 2002). Além disso, a alteração da delimitação oficial das áreas urbanas e rurais compromete as comparações entre dados de diferentes anos. No caso específico da PNAD, utilizada neste trabalho, o IBGE adotou, de 1992 a 1999, a classificação das áreas do Censo Demográfico de 1991 e, na PNAD de 2001, foi utilizada a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico de 2000. Conseqüentemente, as estatísticas por situação urbana e rural não são, a rigor, comparáveis entre as PNADs.

Por essas razões, decidiu-se adotar como unidade de análise o *domicílio agrícola*, definido como o domicílio particular permanente em que há pelo menos uma pessoa de 10 anos ou mais com ocupação *principal* na agropecuária na semana de referência da PNAD, independentemente de sua localização, rural ou urbana. Dois esclarecimentos se fazem ainda necessários: primeiro, o domicílio é a unidade básica de coleta da amostra da PNAD, conceituado como um “local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos”, em que podem residir uma ou mais famílias. Assim, domicílio agrícola não é sinônimo de família agrícola, embora a correspondência um domicílio uma família seja largamente predominante. Segundo, deve-se observar que há uma interseção importante entre domicílios agrícolas e domicílios rurais: em 2001, 78% dos domicílios rurais eram agrícolas e, do total de domicílios agrícolas, 61% localizavam-se em áreas rurais.

Apesar de possuírem pelo menos uma pessoa com ocupação principal na agricultura, os domicílios agrícolas, mesmo nas regiões mais pobres do Brasil, dependem de outras fontes de renda, sobretudo as provenientes de benefícios sociais (aposentadorias, pensões, abonos). Em 1999, cerca de 31% das rendas não-agrícolas nos domicílios agrícolas correspondiam a aposentadorias, chegando a quase 40% nas regiões mais pobres. As três principais fontes de renda desses

(2) Ver, para uma discussão mais ampla sobre os conceitos de atividade agrícola e espaço rural, Kageyama (1998).

domicílios, nesse ano, foram o trabalho agrícola, (55% da renda domiciliar), seguido dos trabalhos fora da agricultura (25% da renda total) e dos benefícios sociais (aposentadorias, pensões e previdência, totalizando 16,6%, mas com predomínio absoluto das aposentadorias) (Kageyama, 2001).

O objetivo deste trabalho é analisar a composição dos rendimentos nos domicílios agrícolas e suas possíveis alterações entre 1992 e 2001, com ênfase nas fontes de rendimentos não-agrícolas e na heterogeneidade regional.

A literatura sobre a origem dos rendimentos das pessoas, famílias e domicílios que dependem da agricultura é bastante heterogênea quanto à escolha da unidade de observação dos estudos empíricos, variando entre o corte espacial (áreas, famílias e domicílios rurais) e o setorial (pessoas e famílias com ocupações na agricultura) ou uma mistura de ambos, dependendo da disponibilidade de dados e do tipo de região ou país estudado. Dada, no entanto, a grande área de interseção entre esses cortes, muitos dos fenômenos e tendências observados podem ser perfeitamente extrapolados de um para outro sem prejuízo teórico, desde que devidamente adaptados a cada situação.

1 Revisão da literatura

“A diversificação é a norma”. Com estas palavras, Barrett, Reardon e Webb abrem o número especial da revista *Food Policy* dedicado ao tema *Diversificação das rendas e subsistência na África Rural*. Seu argumento é que poucas pessoas retiram sua subsistência de uma única fonte de renda, ou mantêm sua riqueza num único ativo, ou utilizam seus ativos numa única atividade. Isto é especialmente válido para as áreas rurais, que são mais sujeitas às flutuações de renda da agricultura. A diversificação consiste em selecionar um portfólio de atividades visando à estabilização dos fluxos de renda e consumo. Os fatores que a impulsionam podem ser do tipo *push factor*, como redução de riscos, resposta a retornos decrescentes de fatores, reação a crises de liquidez ou outros choques externos, altos custos de transação na produção de alimentos e outros bens para consumo próprio ou do tipo *pull factor*, como a busca de complementaridades estratégicas entre ativos, economias de escopo na produção ou a especialização segundo vantagens tecnológicas ou decorrentes de dotações específicas de recursos (terra, habilidades, qualificações, etc.) (Barrett et al., 2001a).

Existem muitos estudos empíricos que mostram a importância das rendas de origem não-agrícola (do trabalho e outras fontes) para a sobrevivência das famílias ou domicílios rurais nos países em desenvolvimento. Para as famílias que dependem da agricultura como atividade principal, a proporção de rendas não-agrícolas na renda total variou entre 36% e 45% na África, entre 29% e 35% na Ásia e em torno de 40% na América Latina, entre 1970 e 1990 (Reardon, s.d.). Na África Sub-saariana de 30% a 50% da renda dos domicílios rurais é de origem

não-agrícola e no sul da Ásia essa proporção é 60% (Gordon, 1999). Nos *ejidos* mexicanos, 73% dos domicílios derivam mais de metade de sua renda de atividades praticadas fora do próprio estabelecimento e na Nicarágua há 34% de domicílios rurais nessa situação (De Janvry & Sadoulet, 2000). Segundo pesquisa baseada no *Farm Business Survey*, que coletou dados de painel de 1988 a 1997, na Inglaterra e País de Gales, 30% das propriedades rurais com atividade principal na agricultura obtêm rendas não-agrícolas do aluguel de construções e recreação, 17% obtêm rendimentos de trabalho assalariado fora e 40% têm rendas provenientes de aluguel de máquinas, equipamentos e veículos; em menor proporção aparecem atividades de turismo rural, artesanato e pequeno comércio (Mc Nally, 2001).

Na maioria dos países em desenvolvimento constatou-se, nas décadas de 1980 e 1990, um crescimento das fontes de renda de trabalho não-agrícola e de outras fontes na composição da renda domiciliar rural, que tem sido associado ao aumento da renda (ou do consumo ou simplesmente dos níveis nutricionais) e à redução da pobreza naquele período. Entre as diversas áreas em que essa evidência é apontada na literatura podem-se citar: Costa do Marfim e Quênia (Barrett et al., 2001b), Grécia (Daskalopoulou & Petrou, 2002), Gana e Uganda (Canagarajah et al., 2001 e Smith et al., 2001), Etiópia (Bigsten et al., 2003), Tanzânia (Lanjouw et al., 2001), Mali (Abdulai & CroleRees, 2001), Noruega (Eikeland & Lie, 1999), México (Yúnez-Naude & Taylor, 2001; e De Janvry & Sadoulet, 2001), Peru (Escobal, 2001).

A diversificação da origem das rendas como uma trajetória possível para sair do estado de pobreza pode atuar de diferentes maneiras: constituindo um expediente de sobrevivência usado pelos mais pobres apenas para continuar residindo na área rural, ou propiciando um complemento de renda que viabiliza a modernização da atividade agrícola e alguma acumulação de capital; pode tornar-se um seguro contra riscos climáticos e econômicos, impedindo que as famílias caiam abaixo da linha de pobreza nos períodos de escassez agrícola ou de preços baixos; e, principalmente, as rendas complementares podem aumentar as chances de obter novos ativos físicos ou qualificações que ajudem a sair do patamar de pobreza a longo prazo.

O sentido causal da associação entre diversificação das rendas e menor pobreza não é, porém, único: tanto as rendas não-agrícolas podem elevar a renda domiciliar e ajudar a sair do estado de pobreza, quanto os domicílios não-pobres, de rendas mais altas, podem ter mais e melhores oportunidades para diversificar suas rendas (Barrett et al. 2001a). Este segundo argumento é sustentado pelo fato de que as atividades não-agrícolas que propiciam maior remuneração encontram-se em mercados ou nichos de mercado com maiores barreiras à entrada, que exigem maior nível educacional (caso típico de empregos assalariados formais na indústria), ou um certo volume de capital para iniciar uma atividade autônoma fora

da agricultura. De qualquer forma, existiria um *feed-back* entre esses dois mecanismos, o que, em termos práticos, significa que os objetivos de reduzir a pobreza, em nível mundial, dependem crucialmente de reduzir a pobreza nas áreas rurais e, nestas, é fundamental apoiar a diversificação das atividades e das fontes de renda, dada a incapacidade de a agricultura, nos países muito pobres, sustentar o crescimento do emprego e da renda.³ Por exemplo, o Banco Mundial, em sua nova estratégia para o desenvolvimento rural, coloca em destaque a adoção de uma perspectiva de crescimento mais ampla, que reafirme o compromisso com a agricultura como base do crescimento rural, mas que ao mesmo tempo reconheça a importância da “economia rural não-agrícola”, com apoio a serviços de infraestrutura, a fontes de microcrédito e aos vínculos urbano-rurais. O documento afirma que:

o crescimento da agricultura é um requerimento essencial para a redução da pobreza nos países em desenvolvimento. Todavia, sem o crescimento das *atividades e rendas não-agrícolas* os esforços para a redução da pobreza não terão sucesso. [...] Dar suporte efetivo à economia rural não-agrícola é uma parte essencial da estratégia (do Banco) para a área rural. (World Bank, 2002 – Grifo no original).

As formas mais comuns de diversificação são a combinação de atividade agrícola própria com o assalariamento em outra propriedade agrícola, ou com o assalariamento em atividade não-agrícola, qualificada ou não, ou a combinação entre agricultura, assalariamento e atividade autônoma não-agrícola (pequeno comércio, artesanato, indústria rural, etc.). A agricultura em tempo integral e a especialização têm constituído uma rota minoritária de desenvolvimento rural, aparecendo, na verdade, nos dois extremos da distribuição: ou como fruto da pobreza extrema, em regiões que nem sequer conseguem oferecer alternativas econômicas à pequena agricultura (caso de certas áreas na Uganda e na Etiópia) ou como uma escolha deliberada das grandes propriedades especializadas geralmente em algumas *commodities* agrícolas.

No Brasil, os principais setores de atividades não-agrícolas da população economicamente ativa rural em 1997 eram o emprego doméstico (17% da PEA rural não-agrícola), construção civil (10,9%), estabelecimentos de ensino público (8,5%) e comércio de alimentos (5%) (Laurenti & Del Grossi, 2000). Mas, em termos de diversificação da origem das rendas, parece haver uma certa independência entre “atividades em setores não-agrícolas” (pluriatividade) e “rendas não-agrícolas”, devido, principalmente, ao peso das rendas previdenciárias nos domicílios rurais (Kageyama, 2001).

A Constituição de 1988 instituiu a figura do “segurado especial”, que incorporou à previdência social o setor rural informal, constituído pelos agricultores autônomos e seus auxiliares não-remunerados, em regime de

(3) Sobre a pluriatividade como trajetória para reduzir a pobreza rural, ver De Janvry & Sadoulet (2000).

economia familiar. Até aquele momento, vigoravam os dispositivos do Funrural, de 1971, segundo os quais só o trabalhador assalariado com carteira assinada tinha acesso aos benefícios da previdência. As novas regras incluíram a equiparação de acesso a homens e mulheres, a redução do limite de idade para aposentadoria por idade (60 anos para homens e 55 para mulheres) e o estabelecimento do piso de um salário mínimo para aposentadorias e pensões. O critério básico, além da idade, passou a ser o tempo de trabalho rural, cuja comprovação poderia ser feita por diversos expedientes (declaração do sindicato, prova testemunhal, entrevista, documentação do terreno, notas de venda da produção). Essas mudanças significaram a quase universalização da cobertura no meio rural e gradativamente transformaram o programa previdenciário em um “programa de garantia de renda mínima para a área rural” (Schwarzer, 2000).

As mudanças introduzidas tiveram aplicação efetiva a partir de 1992, aumentando expressivamente o grau de cobertura entre os domicílios rurais e elevando substancialmente a participação da renda previdenciária na renda familiar rural (Delgado & Cardoso Jr., 1999). Segundo os autores, os benefícios foram proporcionalmente mais favoráveis às regiões e produtores mais pobres e a previdência foi em parte responsável pela revitalização da agricultura familiar, convertendo-se, de certa forma, num seguro agrícola, ao propiciar a formação de um pequeno excedente que pode ser reinvestido na própria atividade produtiva familiar. Em pesquisas realizadas em 1996 e 1998, constataram que, na região Sul, o benefício previdenciário representou no mínimo 90% da renda domiciliar da população com até dois salários mínimos de renda total e cerca de 30% na faixa de 5 a 10 salários mínimos e permitia manter 85% das famílias pesquisadas acima da condição de pobreza; no Nordeste, a renda domiciliar das famílias com benefícios da previdência rural foi 35% superior à das famílias sem acesso a esse benefício. Em resumo, as avaliações do programa de aposentadorias e pensões rurais são bastante positivas do ponto de vista da proteção social.

Paes de Barros et al. (1999), analisando os dados da PNAD de 1997, também fazem uma avaliação positiva do novo sistema previdenciário como um todo: demonstram que no Brasil a porcentagem de pobres é menor entre idosos do que entre não-idosos e que a presença de idosos na família não significa aumento na razão de dependência. Concluem que

o sistema previdenciário existente, somado à capacidade própria de poupança da população, tem sido capaz de resolver de forma satisfatória a pobreza entre os mais idosos do país, se comparada à capacidade da política social brasileira em resolver a questão da pobreza nos demais segmentos da sociedade (p. 25).

Para o conjunto da população brasileira, Zylberstajn (2003) mostrou que entre outubro de 1988 e setembro de 2001 a renda real média per capita cresceu 75%, mas a parcela dessa renda que corresponde a aposentadorias e pensões cresceu 245%, enquanto todas as outras fontes de renda cresceram apenas 57%.

Com isto, a composição da renda se alterou bastante e as aposentadorias e pensões, que eram 10% da renda total em 1988, passaram para 19% em 2001.

Menos otimista é a visão de Hoffmann (2002a e 2002b), devido ao efeito das aposentadorias e pensões sobre a desigualdade da distribuição da renda. Esse autor analisou a contribuição da parcela da renda correspondente a aposentadorias e pensões para a desigualdade da distribuição de renda no Brasil na década de 1990. Constatou que em 1992 as aposentadorias e pensões representavam 14,1%, passaram para 18,5% de todos os rendimentos em 2001 e tiveram uma importância crescente na contribuição para a desigualdade. A desigualdade diminuiu, entre 1993 e 2001, em todas as regiões do Brasil exceto em São Paulo, mas essa queda foi bem maior para o rendimento per capita da população economicamente ativa do que para o rendimento familiar per capita (de todas as pessoas). Uma explicação para essa diferença de comportamento seria, de acordo com o autor, a crescente contribuição, para a desigualdade, da parcela do rendimento familiar correspondente a aposentadorias e pensões, associada a mudanças na composição das famílias.

2 Aspectos metodológicos

Como foi observado antes, embora grande parte da literatura sobre distribuição e diversificação da renda baseie-se no corte rural-urbano, ele não foi utilizado neste trabalho devido aos inúmeros problemas associados à sua definição, a começar pela impossibilidade de comparação entre 1992 e 2001. A unidade de observação é, como foi explicado, o domicílio agrícola, definido como o domicílio particular permanente em que há pelo menos uma pessoa de 10 anos ou mais com ocupação principal na agropecuária na semana de referência da PNAD. Para os não-remunerados e os dedicados apenas ao autoconsumo ou autoconstrução foram considerados ocupados apenas aqueles com jornada semanal de trabalho de 15 horas ou mais. Nesses domicílios foram eliminados os pensionistas e empregados domésticos e seus parentes, por não constituírem parte efetiva das famílias, não participando das decisões produtivas e de consumo no domicílio.

Os domicílios agrícolas podem ser, do ponto de vista das atividades de seus membros, exclusivamente agrícolas, isto é, ter todos os residentes economicamente ativos ocupados em atividades agrícolas, ou podem ser pluriativos, assim definidos quando pelo menos uma das pessoas residentes tenha atividade *principal*, no ano de referência, em algum setor não-agrícola (indústria, comércio, serviços ou outro).

A diversificação econômica nos domicílios pode ser estudada sob o enfoque das atividades (estudos sobre a pluriatividade), das rendas ou do portfólio (diversidade e composição de ativos). Embora se saiba que a PNAD apresenta uma grande limitação no que se refere às variáveis de rendimentos para o setor

agrícola, devido sobretudo à precariedade das questões sobre rendimentos variáveis e ausência de questões sobre autoconsumo (Ferreira et al., 2000), neste trabalho utilizaram-se os diversos tipos de rendimento como variáveis centrais para o estudo da diversificação. Assim, os resultados sofrem das limitações inerentes aos dados e devem ser vistos com cautela, como todos os estudos de renda feitos a partir das PNADS.

A fonte de dados são os microdados da amostra da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE, obtidos em CD-ROM, para os anos de 1992 e 2001. Nos dois anos os pesos para expansão da amostra foram corrigidos para incorporar os resultados dos Censos Demográficos dos anos imediatamente anteriores.

Hoffmann (2002b) observa que o ano de 1992 apresenta alguma atipicidade em relação à renda, que se mostra excepcionalmente baixa nesse ano. Dado porém nosso interesse em iniciar as comparações num momento anterior à expansão das aposentadorias rurais, justamente para poder captar seu provável impacto na renda dos domicílios agrícolas, foi mantido o ano de 1992 como início do período. Para efeito de controle sobre variações espúrias, foram calculados os indicadores com os valores referentes a 1993, embora omitidos no presente texto. O sentido das conclusões não se altera, exceto por detalhes numéricos; os indicadores relativos são muito semelhantes em 1992 e 1993, com a notória exceção da renda per capita, que é maior em 1993.

Na composição da renda domiciliar total, foram definidas as seguintes parcelas:

- a) rendimento de todos os trabalhos (dado disponível diretamente na PNAD, como variável derivada);
- b) rendimento do trabalho principal (dado disponível diretamente na PNAD, como variável derivada);
- c) rendimento do trabalho agrícola: foram calculados os rendimentos do trabalho principal e secundário das pessoas ocupadas em atividades agrícolas. Para o trabalho principal existe uma classificação na PNAD que permite identificar a pessoa segundo o setor de atividade (“ramo de atividade no trabalho principal”); para os trabalhos secundários foi usada uma variável que fornece a atividade principal do empreendimento em que a pessoa tem o trabalho secundário, identificando-se 32 tipos de atividades que podiam ser consideradas “agrícolas”;
- d) rendimento de trabalho não-agrícola: foi adotado o mesmo procedimento do anterior, considerando-se as atividades não-agrícolas;
- e) rendas previdenciárias: rendimentos de aposentadorias, pensões e abonos;
- f) rendimento de outras fontes: aluguel, juros, doações;
- g) renda não-agrícola: soma dos rendimentos de trabalho não-agrícola, aposentadorias, pensões, abonos, aluguel, juros, doações.

Além das rendas, foram utilizadas variáveis relativas à pobreza e ao nível de vida nos domicílios agrícolas.

Para calcular a proporção de pobres foi utilizada a linha de pobreza de meio salário mínimo de setembro, para a renda domiciliar per capita. Em 2001 esse valor correspondia a R\$ 90,00 (correntes) e, em 1992, a Cr\$ 261.093,47. A inflação nesse período, medida pelo INPC, foi 894%. O salário mínimo real, deflacionado pelo INPC, cresceu 5,9% no mesmo período. Dada essa pequena variação do salário mínimo, a manutenção de uma linha de pobreza em valores correntes (0,5 SM corrente em cada ano) faria subestimar um pouco a queda da pobreza entre os dois anos. Foi calculada, então, uma linha de pobreza fixa em valores reais (equivalentes a meio salário mínimo de agosto de 1980) apenas para medir a variação da proporção de pobres, ou seja, para efeito de comparação, e não para medir o “verdadeiro” grau de pobreza em cada ano, como explica Hoffmann (2002b).

Para avaliar a mudança no bem-estar dos domicílios agrícolas foi calculado um índice que combina dez variáveis binárias, podendo variar entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, melhor o nível de vida do domicílio. A média desse índice em 2001, por exemplo, foi 0,73, indicando que os domicílios agrícolas possuem mais de 70% das condições de vida que entram na sua composição. O INIVI (índice de nível de vida) foi assim definido:

$$\text{INIVI} = (V1+V2+V3+V4+V5+V6+V7+V8+V9+V10) / 10$$

V1 = parede: valor 1 se o domicílio tem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada e valor zero se for outro material;

V2 = telhado: valor 1 se o domicílio tem telhado de telha, laje de concreto ou madeira aparelhada e valor zero se for outro material;

V3 = densidade de moradores: valor 1 se o número de pessoas residentes por cômodo for menor ou igual a 2 e valor zero se for maior que 2;

V4 = água encanada: sim = 1; não = 0;

V5 = instalação sanitária: valor 1 se o domicílio tiver ligação a rede geral ou fossa séptica e zero em caso contrário;

V6 = energia elétrica: possui (qualquer fonte) = 1; não possui = 0;

V7 = lixo: coletado, queimado ou enterrado = 1; caso contrário = 0;

V8 = geladeira ou freezer: sim para qualquer um dos dois = 1; nenhum = 0;

V9 = TV: sim = 1; não = 0;

V10 = telefone: sim = 1; não = 0.

Para a análise do efeito regional na diversificação das rendas foi utilizada uma regionalização obtida em trabalho recente (Convênio NEAD/UNICAMP, 2000), que conduziu à agregação dos estados brasileiros em sete classes, excluída a Região Norte, por ter sua área rural fora da amostra da PNAD. Essa regionalização incorporou não só variáveis “agrícolas”, mas um grande número de variáveis

gerais da economia e desenvolvimento regional e humano, sendo adequada, portanto, ao presente estudo. Os grupamentos obtidos no trabalho citado foram os seguintes:

- Nordeste I (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia)
- Nordeste II (Maranhão e Piauí)
- Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul)
- Central I (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Tocantins)
- Central II (Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás)
- Rio de Janeiro e Distrito Federal
- São Paulo

3 A diversificação da origem dos rendimentos entre 1992 e 2001

Para analisar a composição dos rendimentos e sua relação com a renda total dos domicílios agrícolas, faz-se inicialmente uma descrição dos valores médios observados na amostra da PNAD em 1992 e 2001 nas regiões e, em seguida, são ajustados modelos de regressão múltipla tendo como variáveis dependentes a renda domiciliar per capita (em seu logaritmo) em 2001 e a variação da renda entre os dois anos. O objetivo desses modelos é analisar a relação entre os rendimentos de diferentes origens e a renda total (per capita) dos domicílios, quando são controlados os efeitos de outras variáveis básicas na determinação da renda, como escolaridade e região.

Esta seção apresenta os dados da amostra expandida que serviram como base para o trabalho, a descrição dos indicadores selecionados para estudar a composição da renda e temas correlatos, como a pluriatividade, a pobreza e o bem-estar nos domicílios agrícolas e, por último, os resultados das regressões ajustadas para analisar a influência das diferentes fontes de renda na renda domiciliar.

3.1 Descrição da amostra

Os levantamentos da PNAD de 1992 a 2001 são comparáveis entre si no que se refere às definições de características básicas, como as relativas ao trabalho, por exemplo, datas de referência e área de cobertura. Não são comparáveis as áreas rurais e urbanas em 2001, como explicado antes.⁴

As Tabelas 1 e 2 apresentam os dados gerais das amostras expandidas da PNAD para 1992 e 2001, que representam pouco mais de 8 milhões de domicílios

(4) Ver IBGE (2002).

agrícolas nesse último ano. Na região Nordeste I encontra-se aproximadamente um terço dos domicílios agrícolas, seguida da região Central II, com 20%.

Entre 1992 e 2001 houve uma redução de 782 mil domicílios agrícolas e de 7,3 milhões de residentes nesse tipo de domicílio. As regiões Nordeste II e Central I foram as únicas em que houve aumento no número absoluto de domicílios agrícolas, mas nessas regiões estavam apenas 16% dos domicílios agrícolas do Brasil em 2001.

Tabela 1
Dados gerais da amostra expandida da PNAD, exclusive região Norte, 1992 e 2001

Variáveis	1992	2001
Domicílios agrícolas	8.853.322	8.071.042
Moradores	40.712.333	33.418.037
Pessoas com atividade principal agrícola	17.558.156	14.700.921
Domicílios pluriativos	2.987.030	2.585.258
Domicílios pobres (linha de 0,5 SM per capita, valores correntes)	5.862.925	4.352.823
Domicílios pobres (linha de 0,5 SM per capita, valores constantes de agosto de 1980)	5.129.299	4.249.325

Fonte: PNAD (1992 e 2001).

Tabela 2
Distribuição dos domicílios agrícolas entre as regiões, 1992 e 2001

Regiões	1992	2001
Nordeste I	2.940.253	2.862.567
Nordeste II	805.201	845.134
Sul	1.794.902	1.559.328
Central I	432.082	451.950
Central II	1.821.775	1.594.646
RJ+DF	202.495	120.873
SP	856.613	636.543
Soma	8.853.322	8.071.042
Total do Brasil (inclui Norte urbano)	9.039.838	8.283.080

Fonte: PNAD (1992 e 2001).

3.2 Renda e pobreza nos domicílios agrícolas

Entre 1992 e 2001 a distribuição da renda no Brasil melhorou: a renda real cresceu de forma significativa (40,4%) e a proporção de pobres diminuiu (de 0,478 para 0,376). A desigualdade da distribuição da renda da população economicamente ativa também apresentou tendência de queda, depois de 1993. No ano de 1992 a renda média foi baixa, e portanto o grau de pobreza foi bastante elevado. Mas mesmo iniciando as comparações em 1993 as tendências apontadas permanecem válidas (Hoffmann, 2002b).

Nas Tabelas 3, 4 e 5 encontram-se dados de renda, pobreza e nível de vida que mostram a evolução para a população residente em domicílios que dependem em algum grau de ocupações agrícolas. Nessas tabelas e nas seguintes optou-se pelos dados do total do Brasil, e não pela soma das sete regiões, para uma possível utilização posterior mais geral da informação.⁵

Tabela 3
Renda domiciliar per capita nos domicílios agrícolas, por região, 1992 e 2001
(em R\$ de setembro de 2001, deflator INPC)

Regiões	1992	2001	Variação %
Nordeste I	78,78	100,78	27,9
Nordeste II	53,04	100,57	89,6
Sul	176,15	232,47	32,0
Central I	137,32	219,24	59,7
Central II	144,05	223,54	55,2
RJ+DF	221,03	395,35	78,9
SP	211,82	285,10	34,6
Total (inclui Norte urbano)	125,73	170,38	35,5

Fonte: PNAD (1992 e 2001).

Tabela 4
Proporção de domicílios agrícolas pobres, por região, 1992 e 2001.
Linha de pobreza constante de 0,5 SM equivalente a agosto de 1980

Regiões	1992	2001
Nordeste I	0,820	0,709
Nordeste II	0,859	0,705
Sul	0,484	0,341
Central I	0,642	0,439
Central II	0,642	0,480
RJ+DF	0,539	0,405
SP	0,393	0,288
Total (inclui Norte urbano)	0,663	0,539

Fonte: PNAD (1992 e 2001).

Para o Brasil como um todo a renda domiciliar per capita cresceu 35,5% em termos reais, a porcentagem de domicílios pobres caiu de 66,3% para 53,9% e o índice de nível de vida passou de 0,60 para 0,73, com um progresso relativo de 32,5%. Note-se a grande heterogeneidade regional dessas mudanças, com crescimento excepcionalmente alto da renda (e queda acentuada na pobreza) na região mais pobre (Maranhão e Piauí) e nas áreas mais urbanizadas (Rio de Janeiro e Distrito Federal); na primeira, porém, a qualidade de vida medida pelo INIVI teve um progresso relativo bastante baixo, mantendo o índice em apenas 0,50

(5) Todos os indicadores das Tabelas 3 a 9 foram calculados e analisados para o ano de 1993, visando a controlar possíveis problemas da PNAD de 1992, devido à renda mais baixa verificada nesse ano. Exceto pelas variações da renda média e da proporção de pobres, os valores dos demais indicadores pouco se alteram, permanecendo válidas as conclusões apresentadas.

em 2001. Na outra parte do Nordeste (região I), que concentra um terço dos domicílios agrícolas, o crescimento da renda média foi o mais baixo do país. Em 2001 a renda média nos domicílios agrícolas nas duas regiões nordestinas chegava a apenas 55% do salário mínimo naquele ano.

Tabela 5
Índice de nível de vida (INIVI) para os domicílios agrícolas, por região, 1992 e 2001

Regiões	1992	2001	Progresso relativo ^(a) (%)
Nordeste I	0,48	0,66	35,2
Nordeste II	0,32	0,50	25,9
Sul	0,77	0,88	46,3
Central I	0,59	0,72	32,0
Central II	0,68	0,83	45,5
RJ+DF	0,78	0,91	60,2
SP	0,83	0,90	41,2
Total (inclui Norte urbano)	0,60	0,73	32,5

^(a) = (valor do índice em 2001 – valor em 1992) / (1 - valor em 1992)

Fonte: PNAD (1992 e 2001).

A melhoria da situação econômica dos domicílios agrícolas no período estudado faz parte do movimento geral observado para o conjunto da população brasileira, mas há um ponto em particular que interessa mais de perto neste trabalho: a presença de fontes de renda complementares ao trabalho agrícola, ou seja, as chamadas rendas não-agrícolas. Na verdade, esse último termo é mais abrangente, significando todas as fontes de renda exceto a proveniente de ocupação ou trabalho agrícola. Por exemplo, a aposentadoria rural é considerada como fonte não-agrícola, já que provém de pagamentos da previdência, mas em última instância trata-se de uma remuneração para pessoas que comprovaram ter trabalhado na agricultura; da mesma forma, uma renda de aluguel da terra ou de máquinas agrícolas poderia ser indiretamente vinculada ao setor agrícola.

3.3 A composição da renda domiciliar segundo a origem

Dois fenômenos marcaram a diversificação da renda dos domicílios rurais e/ou ligados à agricultura nas décadas de 1980 e 1990 nos países em desenvolvimento, como mostrou a revisão da bibliografia na introdução deste trabalho: o aumento da participação dos rendimentos provenientes de atividade não-agrícola (atividade autônoma ou trabalho assalariado) e o aumento do peso das rendas de outras fontes que não o trabalho, principalmente as provenientes da seguridade social. A combinação de ocupações agrícolas e não-agrícolas no mesmo domicílio (ou no interior da mesma família) é conhecida como pluriatividade, fenômeno já bastante estudado também no Brasil.

A Tabela 6 mostra como evoluiu a pluriatividade nos domicílios agrícolas entre 1992 e 2001. Cerca de um terço dos domicílios agrícolas no Brasil são pluriativos, com ligeira queda em todas as regiões, com exceção do Nordeste II e São Paulo. Na região mais pobre e na de agricultura mais moderna do país a proporção de domicílios pluriativos aumentou nesse período. Em São Paulo, Rio de Janeiro e DF verificam-se os maiores valores para a presença da pluriatividade, confirmando o fenômeno verificado em outros países, em que a combinação de atividades pelas famílias agrícolas depende de uma rede urbana relativamente densa e de mercados locais desenvolvidos para poder se efetivar.

Tabela 6
Pluriatividade nos domicílios agrícolas, por região, 1992 e 2001

Regiões	% de domicílios pluriativos		% de pessoas ocupadas com 2 ou mais trabalhos na semana de referência ^(a)	
	1992	2001	1992	2001
Nordeste I	29,8	28,7	5,6	5,4
Nordeste II	26,9	29,8	12,0	14,3
Sul	35,4	31,7	3,9	4,4
Central I	36,4	32,2	2,1	1,9
Central II	36,5	33,4	3,1	3,0
RJ+DF	48,6	46,4	3,0	4,1
SP	39,7	44,6	2,3	2,2
Total (inclui Norte urbano)	34,2	32,6	4,7	5,0

^(a) Não há essa informação para o ano de referência.

Fonte: PNAD (1992 e 2001).

Para as pessoas individualmente, a combinação de dois ou mais trabalhos, mesmo sem colocar restrição ao tipo de setor de atividade, é bem mais rara. No caso brasileiro, atinge 5% das pessoas ocupadas dos domicílios agrícolas, como mostra ainda a Tabela 6. Note-se que, agora, ao contrário da pluriatividade da família, as maiores porcentagens aparecem nas duas regiões mais pobres; em São Paulo, apenas 2,2% das pessoas ocupadas dos domicílios agrícolas tinham dois ou mais trabalhos na semana de referência da PNAD.

Com relação aos rendimentos, tanto o trabalho agrícola como o não-agrícola diminuem sua participação na composição da renda total dos domicílios agrícolas no Brasil, dando lugar às rendas previdenciárias e a outras fontes de renda, como mostram as Tabelas 7 e 8. Nessas tabelas as quatro últimas colunas devem somar 100% (há pequenas diferenças de aproximação) e grande parcela da segunda coluna (trabalho agrícola) está contida na primeira (trabalho principal). Entre 1992 e 2001 há, em todas as regiões, um forte movimento de “especialização” em torno do trabalho principal, cuja participação média na renda

domiciliar sobe de 54,4% para 72,0%, contrariando a expectativa de diversificação de atividades no interior das famílias, característica da pluriatividade em vários outros países. Apesar dessa tendência, cai ligeiramente o peso do trabalho agrícola na composição da renda total, exceto em São Paulo. Isto, porém, não dá margem a que se eleve a importância dos rendimentos do trabalho não-agrícola, que também se reduz, de 26% para 23%. O que cresce, de fato, na composição da renda domiciliar são as rendas previdenciárias e de outras fontes, que em conjunto passam de 17,9% para 24% entre 1992 e 2001.

O conjunto das rendas não-agrícolas cresceu, em termos reais, 41,5% no período 1992-2001, acima, portanto do crescimento relativo da renda domiciliar total, que foi 35,5%. Comparando as Tabelas 3 e 9 verifica-se que esse diferencial a favor das rendas não-agrícolas ocorreu nas regiões Nordeste (I e II) e Sul, mas deu-se em sentido contrário nas demais regiões. Destaca-se, de um lado, o Nordeste I, em que a renda total cresceu 27,9% e a não-agrícola quase o dobro, 53,7%; e, no sentido oposto, Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo, justamente as regiões mais urbanizadas, onde seria de se esperar um maior crescimento das rendas não-agrícolas, o que não ocorre. Uma hipótese para interpretar esse comportamento é que nas regiões mais desenvolvidas os contratos de trabalho agrícola são mais formalizados e a elevação real dos salários rurais, maior do que a do salário mínimo, explicaria o maior crescimento relativo de rendimentos provenientes de trabalho agrícola; além disso, pode haver uma influência da composição das pautas de produção e exportações agrícolas mais favorável, em termos de preços, a essas regiões. Apenas para ilustrar a possibilidade dessa hipótese, enquanto o salário mínimo cresceu, em termos reais, 5,9% entre 1992 e 2001, a remuneração do trabalho agrícola permanente, coletada pela Fundação Getúlio Vargas, teve um crescimento real de 49% no mesmo período, para a média do Brasil, e de 51,8% para São Paulo.

Tabela 7
Composição da renda dos domicílios agrícolas, por região, 1992 (% da renda domiciliar total)

Regiões	Trabalho principal	Trabalho agrícola	Trabalho não-agrícola	Aposentadorias, pensões e abonos	Outras fontes ^(a)
Nordeste I	54,2	55,9	20,8	21,0	2,3
Nordeste II	49,9	53,8	20,6	25,2	0,7
Sul	51,8	52,9	29,2	12,8	4,5
Central I	65,0	65,5	24,8	7,4	2,4
Central II	57,5	58,2	24,6	13,5	3,3
RJ+DF	42,0	42,3	33,8	18,8	3,2
SP	55,9	56,6	28,6	10,7	3,8
Total (inclui Norte urbano)	54,4	55,5	26,2	14,6	3,3

^(a) aluguel, juros, doações.

Tabela 8
Composição da renda dos domicílios agrícolas, por região, 2001 (% da renda domiciliar total)

Regiões	Trabalho principal	Trabalho agrícola	Trabalho não-agrícola	Aposentadorias, pensões e abonos	Outras fontes ^(a)
Nordeste I	64,6	48,0	19,9	26,9	4,6
Nordeste II	61,5	53,0	20,2	23,8	1,9
Sul	69,2	50,2	22,1	22,4	4,7
Central I	84,6	66,5	20,9	8,8	3,1
Central II	73,9	52,6	24,2	19,5	3,4
RJ+DF	71,3	40,7	32,2	21,3	5,6
SP	83,4	58,1	27,0	10,6	4,2
Total (inclui Norte urbano)	72,0	52,3	23,2	20,0	4,0

^(a) aluguel, juros, doações.

Fonte: PNAD (1992 e 2001).

Tabela 9
Renda não-agrícola per capita (trabalho não-agrícola, aposentadorias, pensões, abonos, doações, aluguel, juros) nos domicílios agrícolas, por região, 1992 e 2001
(em R\$ de setembro de 2001, deflator INPC)

Regiões	1992	2001	Varição %
Nordeste I	26,66	40,98	53,71
Nordeste II	19,42	38,45	97,99
Sul	72,46	99,56	37,40
Central I	40,32	63,15	56,62
Central II	50,14	76,02	51,62
RJ+DF	79,21	134,09	69,28
SP	77,35	100,20	29,54
Total (inclui Norte urbano)	45,34	64,17	41,53

Fonte: PNAD (1992 e 2001).

A variação real das rendas não-agrícolas (trabalho e outras fontes) apresentou forte correlação positiva com a variação real da renda domiciliar total e per capita ($r = 0,882$ e $r = 0,720$, respectivamente) e uma correlação positiva, porém mais baixa, com a variação do INIVI, que mede a qualidade de vida nos domicílios ($r = 0,475$). Todos os coeficientes são significativos a 5%, utilizando como observações os 21 estados.

3.4 Efeitos da diversificação no nível de renda dos domicílios agrícolas

Considerando as variáveis mais importantes na determinação da renda, de acordo com a literatura antes revisada e outros trabalhos publicados no Brasil, foram ajustadas regressões tendo como variável dependente o logaritmo natural da renda domiciliar per capita em 2001 e a variação da renda média entre 1992 e

2001. O ajustamento foi feito por mínimos quadrados ponderados, usando como peso o fator de expansão da amostra da PNAD. Definiram-se 4 variáveis binárias para representar as regiões, fixando como categoria de referência o Nordeste como um todo (Nordeste I e Nordeste II), e reunindo-se as regiões Central I e Central II numa só. A variável “rendas previdenciárias” é a proporção das aposentadorias, pensões e abonos na renda total; a variável “outras rendas” é a proporção de doações, juros e aluguéis na renda total e a variável “renda de trabalho não-agrícola” é a proporção dos rendimentos provenientes de ocupações não-agrícolas na renda domiciliar total. “Escolaridade” é o número médio de anos de estudo das pessoas de sete anos ou mais nos domicílios agrícolas.

Os resultados da regressão na Tabela 10 mostram que todas as variáveis incluídas no modelo são significativas. As rendas previdenciárias (aposentadorias, pensões, abonos) confirmam seu efeito positivo na elevação da renda das famílias que dependem da atividade agrícola: um aumento de 0,1 na proporção dessas rendas associa-se, em média, a domicílios com renda 4,8% maior que a média, controlados os efeitos das demais variáveis; mas rendimentos de trabalhos não-agrícolas associam-se negativamente à renda: um aumento de 0,1 na proporção de rendimentos provenientes de trabalhos não-agrícolas teria um efeito de -2,9% na renda total do domicílio; no caso das outras rendas, o efeito é positivo (2,8% para uma elevação de 0,1 na sua proporção). No primeiro caso, o coeficiente negativo provavelmente exprime a baixa qualidade dos empregos não-agrícolas aos quais as famílias agrícolas têm acesso, como empregos domésticos e serviços não-qualificados, principalmente nas regiões mais pobres. A maior dependência desse tipo de emprego pode refletir a incapacidade de obter renda suficiente da atividade agrícola, associando-se assim a domicílios mais pobres.⁶

Os efeitos mais fortes sobre o nível de renda provêm das variáveis representativas das regiões. O fato de pertencer à região Sul, por exemplo, elevaria a renda média dos domicílios agrícolas em 55,9%, em comparação com a localização no Nordeste, dados os demais fatores constantes; para domicílios localizados em São Paulo a diferença é ainda maior (80,4%). A escolaridade e a pluriatividade também se associam a maiores níveis de renda, mas o efeito da pluriatividade é muito pequeno, próximo de zero. A escolaridade tem efeito muito maior: um ano a mais na escolaridade média do domicílio associa-se a renda 21,8% mais alta, controlados os efeitos das demais variáveis.

Considerando a variação da renda domiciliar per capita entre 1992 e 2001 como variável dependente, foi ajustada uma regressão com as médias dos 21 estados ponderadas pelo número de moradores em 1992, tendo como variáveis explanatórias as variações das proporções das rendas previdenciárias e das rendas de trabalhos não-agrícolas sobre a renda total e seus níveis em 1992, além da renda per capita e da pluriatividade também nesse ano. Embora a escolaridade seja

(6) Sobre a qualidade dos empregos não-agrícolas no estado de São Paulo, ver Basaldi (2000).

um fator importante na determinação da variação da renda, não foi incluída no modelo devido à sua elevada correlação com a renda per capita. Os coeficientes de correlação simples entre renda e escolaridade em 1992 e 1993 são 0,91 e 0,92, respectivamente.

Tabela 10
Equação estimada para o logaritmo do rendimento domiciliar per capita dos domicílios agrícolas, em 2001, excluída a região Norte (n = 15.774)

Variáveis e estatísticas	Coefficiente estimado	t	p-valor
Constante	3,849	114,26	0,000
Pluriatividade	0,000 ⁺	2,38	0,018
Região Central	0,397	13,32	0,000
Sul	0,444	13,19	0,000
RJ + DF	0,449	6,93	0,000
SP	0,590	13,76	0,000
Escolaridade	0,197	38,62	0,000
Proporção de Rendas Previdenciárias	0,468	8,84	0,000
Proporção de Renda de Trabalho Não-Agrícola	-0,297	-6,21	0,000
Proporção de Outras Rendas	0,275	1,95	0,052
R ² ajustado= 0,454			
F = 285,00			0,000

Tabela 11
Equação estimada para a variação relativa do rendimento domiciliar per capita real dos domicílios agrícolas entre 1992 e 2001, excluída a região Norte. (n = 21 estados)

Variáveis e estatísticas	Coefficiente estimado	t	p-valor
Constante	0,7848	4,073	0,0011
Var. Proporção Renda Trab. Não-Agrícola	1,4970	5,093	0,0002
Var. Proporção Renda Previdenciária	0,0099	0,066	0,9484
Renda Dom. Per Capita em 1992	-0,0093	-7,284	0,0000
Proporção da Renda Previdenciária em 1992	-5,6564	-4,309	0,0007
Proporção da Renda de Trab. Não-Agrícola em 1992	13,5432	6,615	0,0000
Pluriatividade	-2,5672	-2,743	0,0159
R ² ajustado = 0,800			
F = 14,299			0,0000

A única variável não significativa é a variação da proporção das rendas previdenciárias. A pluriatividade no ano inicial aparece com sinal negativo e significativo, mas o crescimento da proporção das rendas de trabalhos não-agrícolas foi um fator importante na explicação do crescimento da renda das famílias agrícolas. Os efeitos mais fortes na determinação da variação da renda entre 1992 e 2001 devem-se à própria condição inicial das variáveis: a proporção de rendas de trabalho não-agrícola em 1992 teve efeito positivo e altamente significativo no crescimento da renda, enquanto a renda em 1992 e o peso das

rendas previdenciárias nesse ano tiveram efeitos significativos e negativos no comportamento da renda no período. Menores rendas e menor dependência de aposentadorias, pensões e abonos no ano inicial associaram-se a maior crescimento da renda entre 1992 e 2001, constantes os demais fatores, reforçando as interpretações no sentido da convergência espacial das rendas.

Considerando que esses resultados pudessem decorrer unicamente ao fato de que a renda na PNAD de 1992 mostra-se “excepcionalmente baixa”, o mesmo modelo foi estimado com os dados de 1993 (ver Tabela 12). Altera-se a significância de alguns coeficientes, mas permanecem válidas as seguintes conclusões:

a) a renda no ano inicial tem efeito negativo e significativo no crescimento da renda real até 2001, controlados os demais fatores, de modo a reforçar o argumento da convergência de rendas na década de 1990 no Brasil;

b) tanto a importância das rendas de trabalho não-agrícola na renda domiciliar total como seu aumento no período tiveram efeito positivo no aumento da renda per capita dos domicílios agrícolas no período; a pluriatividade, medida como variável binária para o domicílio, tem efeitos instáveis, ora negativo ora não-significativo, provavelmente porque está correlacionada com a proporção de rendas não-agrícolas, tendo parte de seu efeito captado por esta outra variável. Em 1992 a correlação simples entre pluriatividade e proporção de rendas de trabalho não-agrícola é 0,85; em 1993 esse coeficiente é 0,66;

c) quanto às rendas previdenciárias (basicamente aposentadorias), na regressão para 1992 a condição inicial (proporção da renda total) é negativa e significativa, ou seja, dados os demais fatores, tiveram maior crescimento de renda os domicílios que dependiam menos de aposentadorias e pensões em 1992; na regressão para 1993 essa variável é não-significativa e aparece o efeito (negativo) da variação da proporção das rendas previdenciárias, isto é, os domicílios que aumentaram sua dependência de rendas previdenciárias depois de 1993 tiveram menor crescimento da renda total, dados os demais fatores constantes.

Tabela 12
Equação estimada para a variação relativa do rendimento domiciliar per capita real dos domicílios agrícolas entre 1993 e 2001, excluída a região Norte. (n = 21 estados)

Variáveis e estatísticas	Coefficiente estimado	t	p-valor
Constante	0,4314	2,640	0,0194
Var. Proporção Renda Trab.Não-Agrícola	0,9703	6,068	0,0000
Var. Proporção Renda Previdenciária	-0,3010	-2,212	0,0441
Renda Dom. Per Capita em 1993	-0,0025	-4,618	0,0004
Proporção da Renda Previdenciária em 1993	-0,2033	-0,240	0,8139
Proporção da Renda de Trab. Não-Agrícola em 1993	2,6673	2,671	0,0183
Pluriatividade	-0,3670	-0,573	0,5757
R ² ajustado = 0,810			
F = 15,197			0,0000

Conclusões

Nas duas últimas décadas do século XX verificou-se, em vários países, um crescimento da importância das fontes de renda não-agrícola para as famílias que dependem em algum grau da agricultura ou nos domicílios localizados na área rural. Esse fenômeno de diversificação das rendas esteve associado à diversificação das oportunidades de emprego e ao crescimento da renda *per capita*, sendo apontado como uma rota promissora para a redução da pobreza rural.

No Brasil, entre 1992 e 2001, os domicílios agrícolas tiveram razoável crescimento da renda real, a extensão da pobreza diminuiu e as condições de vida tiveram expressiva melhoria. As rendas provenientes de outras fontes que não o trabalho agrícola mostraram um crescimento maior do que a renda total desses domicílios, confirmando a tendência verificada em outros países.

Essas outras fontes de renda são de dois tipos: as que dependem dos empregos ou atividades não-agrícolas e as que dependem de outras fontes que não o trabalho, como rendas previdenciárias, juros e aluguéis. No primeiro caso, tem-se o fenômeno da pluriatividade, que também foi crescente em muitas regiões do mundo nas décadas de 1980 e 1990. Na média do Brasil, a pluriatividade não cresceu entre 1992 e 2001; houve apenas um ligeiro crescimento em duas das sete regiões estudadas. Ao contrário, ocorreu uma forte tendência de especialização em torno do trabalho principal, que de 54% passou a representar 72% da renda domiciliar nesse período. A proporção da renda representada pelo trabalho não-agrícola decresceu em todas as regiões. Diversamente, as rendas provenientes de aposentadorias, pensões e outras fontes aumentaram sua participação em quase todas as regiões, passando de 18% para 24% na média do Brasil.

Em resumo, houve no Brasil um movimento no sentido de diversificação da origem das rendas nos domicílios agrícolas, que no entanto refletiu, quase exclusivamente, o aumento da participação das rendas previdenciárias e de outras fontes na renda domiciliar, e não a diversificação das ocupações entre os membros do domicílio.

Os determinantes mais significativos do nível médio de renda per capita dos domicílios agrícolas em 2001 foram a localização regional, a escolaridade da família e a importância das rendas previdenciárias; a proporção das rendas de trabalho não-agrícola teve efeito negativo. O crescimento da renda entre 1992 e 2001 dependeu fortemente do nível prévio de renda; o crescimento da proporção da renda de trabalho não-agrícola teve efeito positivo e forte no crescimento da renda domiciliar. O crescimento relativo da proporção de aposentadorias e pensões teve efeito negativo sobre a variação da renda domiciliar per capita no período.

Assim, a importância da pluriatividade como rota para a saída da pobreza deve ser vista, no caso do Brasil, de forma complementar aos fatores tradicionais ligados aos estudos de pobreza, que são a escolaridade e as desigualdades

regionais, e levando em conta o papel crucial que o sistema de aposentadorias rurais tem desempenhado na determinação dos níveis e da distribuição da renda rural no Brasil.

Bibliografia citada

- ABDULAI, A., CROLEREES, A. Determinants of income diversification amongst rural households in Southern Mali. *Food Policy*, n. 26, p.437-452, 2001.
- BARRETT, C. B. et al. Nonfarm income diversification and household livelihood strategies in rural Africa: concepts, dynamics and policy implications. *Food Policy*, n. 26, p.315-331, 2001a.
- _____ et al. Income diversification, poverty traps and policy shocks in Côte d'Ivoire and Kenya. *Food Policy*, n. 26, p.367-384, 2001b.
- BASALDI, O. V. *Características do emprego rural no estado de São Paulo nos anos 90*. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 2000. (Dissertação, Mestrado).
- BIGSTEN, A. et al. Growth and poverty reduction in Ethiopia: evidence from household panel surveys. *World Development*, v. 31 n. 1, p.87-106, 2003.
- CANAGARAJAH, S. et al. Non-farm income, gender, and inequality: evidence from rural Ghana and Uganda. *Food Policy*, n. 26, p. 405-420, 2001.
- CONVÊNIO NEAD/UNICAMP. *O agro brasileiro hoje: regionalização e tendências*. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 2000. (Relatório final).
- DASKALOPOULOU, I., PETROU, A. Utilising a farm typology to identify potential adopters of alternative farm activities in Greek agriculture. *Journal of Rural Studies*, n. 18, p. 95-103, 2002.
- DE JANVRY, A., SADOULET, E. Rural poverty in Latin America: determinants and exit paths. *Food Policy*, n. 25, p. 389-409, 2000.
- _____, _____. Income strategies among rural households in Mexico: the role of off-farm activities. *World Development*, v. 29, n. 3, p. 467-480, 2001.
- DELGADO, G. C., CARDOSO JÚNIOR, J. C. *O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização*. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 1999. (Texto para Discussão, n. 688).
- EIKELAND, S., LIE, I. Pluriactivity in rural Norway. *Journal of Rural Studies*, n. 15, p. 405-415, 1999.
- ESCOBAL, J. The determinants of nonfarm income diversification in rural Peru. *World Development*, v. 29, n. 3, p. 497-508, 2001.
- FERREIRA, F. et al. *A new poverty profile for Brazil using PPV, PNAD and Census data*. Rio de Janeiro: PUC. Departamento de Economia, mar. 2000. (Texto para Discussão, n. 418).
- GORDON, A. Diversity in rural incomes: issues affecting access at household level. In: **WORLD BANK WORKSHOP ON NON-FARM RURAL SECTOR AND POVERTY ALLEVIATION**. June 1999.

- HOFFMANN, R. *A contribuição de algumas parcelas do rendimento domiciliar para a desigualdade no Brasil*. [Campinas: Unicamp. Instituto de Economia], 2002a. Texto em versão. (Mimeogr.).
- _____. A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 213-235, jul./dez. 2002b.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001 - Notas Metodológicas*. Rio de Janeiro, 2002.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 515-551, 1998.
- _____. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 57-69, 2001.
- LANJOUW, P. et al. Non-agricultural earnings in peri-urban areas of Tanzania: evidence from household survey data. *Food Policy*, n. 26, p. 385-403, 2001.
- LAURENTI, A. C., DEL GROSSI, M. A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais do Brasil. In: CAMPANHOLA, C., GRAZIANO DA SILVA, J. (Ed.). *O Novo Rural Brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000. v. 1.
- MC NALLY, S. Farm diversification in England and Wales – what can we learn from the farm business survey? *Journal of Rural Studies*, n. 17, p. 247-257, 2001.
- PAES DE BARROS, R. et al. *Incidência e natureza da pobreza entre idosos no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 1999. (Texto para Discussão, n. 686).
- REARDON, T. *Rural non-farm income in developing countries*. Paper prepared for the FAO, s.d.
- SCHWARZER, H. *Paradigmas de previdência social rural: um panorama da experiência internacional*. Brasília: IPEA, nov. 2000. (Texto para Discussão, n. 767).
- SMITH, D. R. et al. Livelihood diversification in Uganda: patterns and determinants of change across two rural districts. *Food Policy*, n. 26, p. 421-435, 2001.
- VEIGA, J. E. *Cidades Imaginárias – O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002.
- WORLD BANK. *World Bank Rural Development Strategy: reaching the poor*. Oct. 2002. (Summary).
- YÚNEZ-NAUDE, A., TAYLOR, J. E. The determinants of nonfarm activities and incomes of rural households in Mexico, with emphasis on education. *World Development*, v. 29 n. 3, p. 561-572, 2001.
- ZYLBERSTAJN, H. Previdência: um contrato leonino. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 jan. 2003.